

Internacionalizando a Rede Federal de Educação Profissional: descobertas empíricas e análises emergentes

**Internationalizing the Federal Network of Professional Education:
empirical findings and emerging analyses**

Claudia Schiedeck Soares de Souza

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
claudia.souza@bento.ifrs.edu.br

Resumo

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica foi criada pela Lei 11.892/2008, contando na sua formatação atual com apenas 10 anos. Concomitante ao desafio de oferecer educação pública e gratuita em regiões do país que não possuíam acesso ao ensino superior e técnico, seus campi receberam a tarefa de operacionalizar o Programa Ciência sem Fronteiras que trouxe para o cotidiano institucional uma nova temática: a internacionalização. O presente artigo tem por objetivo analisar os dados quantitativos compilados pelo diagnóstico realizado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC) no ano de 2017, bem como ressaltar alguns aspectos relevantes desses indicadores frente às abordagens teóricas que contribuem com a temática da internacionalização no Brasil e no mundo. O levantamento coordenado pela SETEC ouviu os responsáveis pela internacionalização nas instituições da Rede Federal e recolheu informações sobre mobilidade acadêmica, acordos e projetos estabelecidos por elas. Pode-se, a partir dessa análise, perceber que a Rede Federal vem realizando esforços para se inserir na agenda de discussão mundial sobre internacionalização, os quais se refletem no número de alunos e servidores em mobilidade e nas parcerias estabelecidas, embora o detalhamento dos dados constantes desse documento seja necessário para que possamos entender o lugar da internacionalização no estágio de desenvolvimento institucional. Como consequência dessa breve discussão, evidenciamos a importância de a dimensão da internacionalização ser incorporada definitivamente nos Planos de Desenvolvimento Institucionais dos Institutos Federais, já que esses indicadores serão balizadores para as avaliações externas das instituições, além de serem utilizados para a manutenção de cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

Palavras-chave: Rede Federal de Educação Tecnológica. Educação Profissional. Institutos Federais. Internacionalização da educação

Abstract

The Federal Network of Professional, Scientific and Technological Education is recent and was created by Law 11.892/2008. Almost at the same time the institutions were tasked with offering free education for regions in the country that

didn't have any kind of access for both higher and technical education and with the implementation of Science without Borders Program, posing a new theme for the institutional agenda: the internationalization. This article will analyze the quantitative data gathered through the diagnosis carried out by the Secretary of Professional and Technological Education of the Ministry of Education (SETEC/MEC) in 2017, as well as it will highlight some important aspects of these indicators in relation to the theoretical approaches that contribute to the theme of internationalization in Brazil and around the world. The survey coordinated by SETEC listened to faculty and staff that were in charge of the internationalization process in the institutions of the Federal Network and it got information on the academic mobility, agreements and projects established by them. The findings of this analysis show that the Federal Network has been making efforts to become part of the world agenda of internationalization in education as it can be seen into the numbers of students, faculty and staff in mobility programs and also into the agreements signed by the institutions. However, it may be necessary to detail the collected data as they are the key elements to understand place of internationalization into institutional development stage. Besides, the internationalization dimension should be definitively incorporated into the Institutional Development Plans of the Federal Institutes, since these indicators are the foundation for Government external assessments and graduate programs accreditation.

Key words: Federal Network of Technological Education. Professional Education. Federal Institutes. Internationalization of Education.

Introdução

Durante oito anos como gestora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, IFRS, atuei junto ao Ministério da Educação para desenvolver políticas públicas que incorporassem as especificidades e as necessidades da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT). Entre essas, o processo de internacionalização dos Institutos Federais (IFs) foi um dos mais árduos.

Internacionalizar instituições que possuem uma configuração única no mundo, com diferentes modalidades de ensino e que são invisíveis aos olhos da maioria da população e da comunidade educacional mundial, é um trabalho mais que desafiador. Exige sensibilizar comunidades escolares e gestores, planejar ações e estratégias, perceber potencialidades em outros países, entre tantas outras variáveis. As demandas desde a criação dos Institutos Federais sempre foram prementes: alocação de recursos para a construção de novos campi, ampliação do número de cursos e alunos, desenvolvimento de normatizações internas que pudessem amparar a finalidade legal das instituições, qualificação de pessoal. Tudo foi construção. Tudo foi gestão desde o primeiro momento. Tudo foi ação desde o princípio.

Este texto apresenta os resultados de minha pesquisa exploratória realizada para o programa de doutorado em educação que desenvolvo junto à

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, cujo foco é a temática da internacionalização e cuja questão orientadora foi a necessidade de compreender como os Institutos Federais (IFs) estão procedendo para internacionalizar suas instituições.

A pesquisa produzida no Brasil no escopo dessa área de conhecimento reflete, de maneira geral, o processo de internacionalização do ensino superior, tendo majoritariamente como campo empírico a graduação ou a pós-graduação das universidades. Os Institutos Federais, quer pela sua emergência recente no cenário educacional, quer pela sua especificidade na verticalização das modalidades ofertadas, ou ainda pela pesquisa e pós-graduação incipientes, não possuem estudos relevantes sobre o tema. As poucas pesquisas e os dados já existentes sobre o assunto são pontuais e restritos a estudos de caso, não abordando modelos, concepções e suas relações com as experiências vivenciadas pelos IFs enquanto rede. Por isso, ao longo do período de pesquisa, meu percurso metodológico explorou a Teoria Fundamentada nos Dados (TFD), desenvolvida por Glaser e Strauss (1967), pouco difundida ainda no Brasil, mas que possui relevância internacional quando se trata de construir uma teoria que possa emergir dos dados existentes na realidade empírica, principalmente quando se trata de uma área específica (substantiva).

Ao sistematizar o estado da arte da temática na Rede Federal de Educação Profissional, acessei documentos que apresentavam alguns dos dados existentes, bem como relatos das experiências internacionais já realizadas pelos IFs. O propósito desse artigo é apresentar e analisar os dados quantitativos compilados através de um diagnóstico efetuado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC) no ano de 2017, bem como ressaltar alguns dos aspectos desses indicadores que podem ser investigados em face das abordagens teóricas que contribuem para as reflexões sobre a temática da internacionalização no Brasil e no mundo.

O levantamento realizado pela SETEC teve como intenção prospectar as ações internacionais da Rede com o objetivo de potencializar estratégias de trabalho conjuntas entre Governo Federal e Institutos Federais que pudessem contribuir para a internacionalização das instituições da Rede EPCT. Pela primeira vez ao longo da história dessas escolas, os dados coletados e sistematizados sobre o tema permitem uma análise quantitativa e qualitativa, além de lançar luzes sobre alguns dos aspectos envolvidos no percurso da internacionalização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) e os Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CEFETs). A percepção dos estudantes ou dos servidores da Rede Federal sobre o tema não fazem parte do escopo deste trabalho, assim como tampouco uma avaliação do impacto do mesmo sobre a vida institucional, questões que podem e devem ser abordadas a partir de outros instrumentos de pesquisa.

Interiorizando e internacionalizando os Institutos Federais: contextualizando o processo

A lei 11.892/08, sancionada e aprovada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, criou oficialmente a Rede Federal EPCT e os Institutos Federais (BRASIL, 2008),

trazendo para o cenário da educação brasileira uma institucionalidade nova e vinculada a um projeto de desenvolvimento nacional, que contemplou demandas históricas pela interiorização de uma educação pública, federal e de qualidade. A constituição dessa rede integrou diferentes autarquias e propôs, obrigatoriamente, a oferta de diferentes níveis e modalidades da educação: nível médio integrado (pelo menos 50% da oferta da matrícula), graduação (sendo 20% de vagas obrigatoriamente destinadas à licenciatura) e pós-graduação.

Em 2007, os gestores das antigas autarquias federais responsáveis pelo chamado “ensino técnico” no país (Escolas Agrotécnicas Federais - EAFs e Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica – CEFETs) e a SETEC/MEC debateram e construíram uma proposta de legislação que possibilitou o reordenamento do sistema federal de educação profissional tirando-o das disposições transitórias de outras leis. A concepção inovadora dos Institutos Federais, discutida conjuntamente, permitiu verticalizar a oferta de vagas num mesmo eixo tecnológico, implantar novos campi pelo interior do Brasil, ofertar educação média/técnica integrada e superior em qualquer um deles, e colocar os IFs no patamar de “sonho de consumo” para inúmeras comunidades, que percebiam nessa institucionalidade a promessa real de desenvolvimento para regiões quase sempre marginalizadas quanto à oferta de educação pública, federal, de qualidade e gratuita.

Paralelamente ao desafio de interiorizar, capilarizar e construir do zero (literalmente) essas instituições, o Governo Federal lançou o programa Ciência Sem Fronteiras (CsF), cujo objetivo era “promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional” (BRASIL, 2011). Isso representou um movimento de sentido oposto ao que os Institutos Federais estavam empreendendo naquele momento, ou seja, um projeto que dialogava com a dinâmica externa ao país e que contrastava com as ações nacionais que estavam em andamento.

Atualmente, a temática da internacionalização da educação já faz parte do cotidiano das nossas instituições de ensino, mesmo que muitas vezes de forma não perceptível, e se estende para além de programas como o Ciência sem Fronteiras. Como gestores e educadores, nos deparamos diariamente com ‘rankings’, indicadores estatísticos de qualidade, métricas definidoras de investimentos e critérios determinados por organismos internacionais como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), os quais tendem a hegemonizar os modelos educacionais na busca de soluções padronizadas para a crise da educação mundial e que acabam pautando os acordos de cooperação econômica e social. Proliferam casos de sucesso, receitas, e fórmulas de diversos países que são referências educacionais, as quais são reproduzidas ou vendidas, em maior ou menor escala, como saídas mágicas, principalmente em países periféricos ou semiperiféricos. Seguindo essa tendência internacional dominante, em 2004 o Brasil adotou o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) (BRASIL, 2004) em substituição ao antigo “Exame Nacional de Cursos”, também conhecido como “Provão” (BRASIL, 1995). O SINAES abrange conceitos,

parâmetros e padrões a serem utilizados para a avaliação da qualidade no ensino superior.

Em 2014, durante a comemoração dos dez anos de implantação da nova modalidade de verificação da qualidade do Ensino Superior, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a partir de discussão com especialistas e comunidade acadêmica, revisou o instrumento de avaliação institucional externa do SINAES para as instituições de ensino superior (IES) e incluiu no eixo dois, Desenvolvimento Institucional, um critério avaliativo para a internacionalização em que se define como “atividades de internacionalização”

os programas institucionais de mobilidade acadêmica/intercâmbio, adesão a editais de mobilidade acadêmica, alunos estrangeiros na IES, oferta de língua estrangeira, oferta de disciplina em língua estrangeira, dentre outros. (BRASIL, 2014, p. 34)

A partir de então, todas as IES, e, portanto, também os Institutos Federais, passaram a ser aferidas por suas estratégias, ações e atividades internacionais no âmbito organizacional. Para isso, devem apresentar um planejamento específico que contemple essa dimensão em seus Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Enquanto na pós-graduação as atividades de internacionalização já balizavam os pareceres e a classificação de cursos *stricto sensu* há tempos, na graduação essa dimensão ainda não estava presente.

Nas universidades, que contam com certa estrutura estabelecida ao longo de décadas para convênios, pesquisa e parcerias internacionais, a adequação de procedimentos para a avaliação externa do SINAES pode não estar demandando grande empreendimento. Contudo, a pós-graduação nos IFs ainda é embrionária, assim como também é incipiente a graduação, o que nos remete à necessidade de reconhecer que existem diferentes realidades de desenvolvimento institucional dentro da Rede Federal de EPCT. Destacamos que somente com o Decreto 5224/2004 (BRASIL, 2004) todos os CEFETs obtiveram autonomia para criação de cursos superiores e de pós-graduação, o que até então era permitido apenas para os cinco CEFETs criados até 1997: Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Bahia e Maranhão.

A criação da Rede Federal de Educação Profissional, conforme configuração proposta pela Lei 11.891/2008 (BRASIL, 2008), não pode ser desvinculada da tendência internacional relativa à massificação do Ensino Superior e da Educação Profissional, e que tem como elemento central a expansão da educação pós-secundária e terciária na sua relação com o mundo do trabalho, sistemas de transição e emergência de novas instituições educacionais para contemplar a necessidade de mobilidade social do mundo pós-guerra (MARGINSON, 2016; BOSCH E CHEAREST, 2009; DIDRIKSSON, 2008).

Os IFs, se quiserem se manter ou inserir definitivamente na arena de disputa pelo financiamento da educação pública brasileira, quer na graduação ou na pós-graduação *stricto sensu*, bem como no cenário da pesquisa no Brasil e no exterior, precisam estabelecer estratégias de gestão que possibilitem a manutenção das suas avaliações junto ao SINAES e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Essas estratégias

devem garantir a continuidade dos bons indicadores de qualidade apresentados até o momento pela Rede Federal EPCT e permitir que suas instituições se consolidem na oferta de pós-graduação. Isso significa dizer que ambos os movimentos, de interiorização, com a construção e abertura de novos campi e cursos, e de internacionalização, com a ampliação na participação em projetos internacionais são centrais e complementares para o fortalecimento dessa recém-criada estrutura institucional.

Um planejamento estratégico que incorpore o processo de internacionalização na rotina institucional, com o objetivo de ampliar as possibilidades de formação de estudantes e servidores de maneira a garantir a formação necessária para que eles se insiram nas exigências de um mundo altamente conectado mas também vinculado ao desenvolvimento regional e nacional, é condição balizadora para assegurar a qualidade dos cursos já existentes ou para criar novos cursos nos Institutos Federais. A motivação para esse planejamento pode ser uma investigação reflexiva sobre os dados que refletem as ações internacionais da Rede Federal EPCT.

Os números da internacionalização da Rede Federal: mapeamento 2015/2017

Embora a Rede Federal EPCT tenha concretizado diversas ações internacionais no decorrer de sua história, nenhuma sistematização de dados apresentando um panorama mais estruturado das mesmas havia sido realizada.

Em 2017, diante da extinção do Programa Ciência sem Fronteiras e da ausência de perspectiva de financiamento governamental para as atividades de internacionalização na Rede Federal EPCT, o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF) e a SETEC/MEC criaram um Grupo de Trabalho (GT) cujo propósito era discutir e desenvolver uma agenda que contemplasse as demandas da rede para suas ações internacionais específicas.

Esse GT iniciou seus trabalhos elaborando um diagnóstico da atuação internacional dos IFs, dos CEFETs e das Escolas Técnicas que ainda permanecem vinculadas às universidades. Em outubro de 2017, o resultado dessa investigação foi apresentado durante a Reunião dos Dirigentes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica (Reditec) (BRASIL, 2017). A Reditec é um evento anual em que reitores, pró-reitores e diretores dos Institutos Federais, Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) e Colégio Pedro II se reúnem para discutir a conjuntura educacional e debater estratégias de gestão.

Os dados foram coletados através de questionário, que foi respondido por servidores indicados pelos gestores máximos das instituições, e levou em conta nove eixos: mobilidade, acordos bilaterais, projetos de cooperação internacional, idiomas, investimento/financiamento, estrutura de escritórios, comunicação/divulgação dos dados/indicadores internacionais, participação em eventos e missões internacionais, normativas e regulamentos relacionados à

internacionalização. Cabe ressaltar que apenas os dados 2015 - 2017 foram utilizados para esse levantamento, sendo que os números referentes aos anos de 2011 a 2014, ápice da mobilização das instituições envolvendo o Ciência sem Fronteiras, não foram contabilizados.

Não é pretensão deste estudo esgotar a análise dos resultados obtidos através dessa pesquisa nem discuti-la metodologicamente. Pretendemos utilizar essas informações para balizar o desempenho e a trajetória da Rede Federal dentro da temática da internacionalização em termos dos dados quantitativos existentes, apontando, quando necessário, as lacunas provenientes das respostas produzidas.

O conceito de internacionalização: pergunta inicial

A primeira pergunta do questionário solicitou aos respondentes que descrevessem de forma aberta o que sua instituição entendia por internacionalização. As respostas obtidas foram apresentadas em forma de nuvem de palavras, conforme demonstra a Figura 1.

Figura 1 - Nuvem de palavras extraída a partir das respostas sobre o conceito de internacionalização para a instituição



Fonte: Brasil (2017, p. 13)

As palavras em destaque na figura acima nos parece remeter ao fato de que a internacionalização vivenciada pelos Institutos Federais está relacionada a conceitos-chave como “desenvolvimento”, “pesquisa”, “ensino”, “extensão”, bem como a “processo”, “conhecimento”, “ações”, “acordo”, “projetos” e “intercâmbio”, pelo menos na visão dos gestores que responderam o questionário. Contudo, o estudo não apresenta aprofundamento conceitual sobre essas palavras, isto é, não discute os referenciais teóricos que sustentam a utilização destes termos na relação com a missão institucional dos IFs.

Podemos também depreender da leitura do relatório que o conceito de internacionalização não está evidenciado nos documentos institucionais, uma

vez que setenta e um por cento (71%) das instituições respondentes afirmam que essa definição não está oficializada (BRASIL, 2017). O próprio documento da SETEC/MEC, consciente da necessidade de pressupostos que orientem o trabalho do gestor público, se preocupa em conceituar “políticas públicas” e abordar brevemente a questão da internacionalização compreendida dentro do campo teórico das relações exteriores. Não se percebe no documento, contudo, uma explicitação sobre a concepção de internacionalização, quais suas dimensões, de que forma elas podem ser inferidas no cotidiano institucional e quais os benefícios e riscos advindos da mesma, principalmente na sua conexão com o processo de globalização em curso, uma vez que a educação brasileira é suscetível às interferências de receituários e assessorias internacionais.

Portanto, é oportuno observarmos quais são as ênfases dadas ao termo na literatura da área. Num recente artigo sobre internacionalização, Knight (2015) aponta que atualmente

A internacionalização nos níveis nacional, setorial e institucional é definida como o processo de integração composto pela dimensão internacional, intercultural ou global às finalidades, funções ou oferta de educação pós-secundária (KNIGHT, 2015, p. 2)

A pesquisadora, neste artigo, retoma e amplia algumas considerações realizadas em diversos de seus textos anteriores. Para ela, a internacionalização vem alterando o panorama da Educação Superior assim como a globalização também altera a conjuntura da internacionalização. Considerando que um dos grandes desafios ao se construir conceitos é que eles possam ser utilizados em diversos contextos e instituições, a autora propõe que se observe, na definição conceitual da palavra internacionalização, concepções-chave que, do seu ponto de vista, são: o processo, que vai demonstrar a constância nos esforços de internacionalização; as dimensões internacional, intercultural e global, que são relevantes já que estão relacionados à variedade cultural que coexistem nos países, comunidades e instituições e que se complementam e contribuem para a amplitude desse conceito; e, também, as definições de integração, finalidades, função e oferta, que devem ser usadas conjuntamente, pois envolvem a incorporação de diferentes aspectos referentes ao papel e aos objetivos que o ensino superior ou pós-secundário possuem num sistema educacional.

Morosini (2006) também avalia a evolução do conceito de internacionalização ao longo dos anos e destaca sua vinculação com o fenômeno da globalização. Ao analisar um corpus de artigos sobre o tema produzidos na Europa e América do Norte entre 2003 a 2005, a autora destaca dois conjuntos distintos de textos sobre a temática mas que se relacionam entre si: o primeiro onde transparece a necessidade de conceituação do processo de internacionalização e o segundo em que se evidencia a busca por ferramentas e mecanismos de aperfeiçoamento do mesmo. Ela ainda ressalta ser imprescindível que novos estudos aprofundem a temática de forma equilibrada e consistente para que as instituições possam escapar das armadilhas de um movimento transnacional que desconsidere as particularidades regionais e nacionais nos marcos regulatórios.

Essa reflexão nos aponta a relevância de, ao definirmos procedimentos e ações referentes ao regramento institucional dos Institutos Federais, os gestores estarem cientes das discussões que envolvem a geopolítica mundial, assim como considerem os movimentos globalizantes que ocorrem no âmbito de todos os países. Apropriar-se dessa conceituação e desses argumentos e vinculá-los com as características e o impacto social dos programas de internacionalização dos IFs, poderia evitar uma certa tendência ao provincialismo da comunidade acadêmica, que muitas vezes acaba seduzida pela conjuntura do ensino e da pesquisa em outros países e defende a transposição de mecanismos estrangeiros para o sistema educacional brasileiro, sem reflexão crítica sobre a cultura institucional.

From e To: como a comunidade acadêmica da Rede Federal se movimenta internacionalmente

O diagnóstico da SETEC/MEC também apresenta os dados relativos à mobilidade de servidores e alunos nas instituições de educação profissional, quer seja de caráter receptivo, quando a instituição recebe estrangeiros (mobilidade *in*) ou de caráter emissivo, quando a mesma envia seu corpo acadêmico para o estrangeiro (mobilidade *out*).

Para compor as tabelas que seguem, utilizamos como critério apenas a seleção dos quatro países que se destacam como escolha preferencial para as ações de intercâmbio.

A Tabela 1 apresenta os dados da mobilidade *in* no cenário da Rede Federal.

Tabela 1 - Dados da mobilidade *in* 2015-217 nas instituições vinculadas ao CONIF

	Nº total de participantes	Participantes e países envolvidos
Docentes	69	14 – FRANÇA 11 – PORTUGAL 5 - EUA 5 - CANADA 5 - MOÇAMBIQUE 5 - ALEMANHA
Discentes	375	48 - PORTUGAL 45 - EUA 39 - FRANÇA 22 - DINAMARCA

Fonte: Adaptado de Brasil (2017).

A recepção de parceiros estrangeiros é uma das facetas mais interessantes para o desenvolvimento de um projeto de internacionalização, pois possibilita o conhecimento e a vivência da interculturalidade, permite também que as instituições interajam com a diversidade cultural mundial (SOBE; FISHER, 2012), além de promover o cosmopolitismo como possibilidade de educação cidadã (POPKEWITZ, 2012). Contudo, percebe-se que a Rede Federal não incorporou essa como sendo uma estratégia relevante para seu processo de internacionalização.

O relatório não aponta os motivos dessa pouca mobilidade. Entretanto, ao nos debruçarmos sobre a realidade empírica dessas instituições, poderíamos oferecer algumas hipóteses que expliquem essa situação: a) os Institutos Federais são recentes, pouco conhecidos, e, portanto, invisíveis nos programas de financiamento do governo federal para processos de internacionalização, o que não os favorece como intenção preferencial de instituições estrangeiras; b) poucos campi possuem estruturas receptivas para professores ou estudantes em mobilidade *in*, ou seja, a infraestrutura necessária para hospedar estrangeiros (alojamento, refeitório e suporte institucional) é quase inexistente; c) existem dificuldades burocráticas para o registro de atividades acadêmicas de pesquisa ou intercâmbio, principalmente no que se refere às normativas que regem a incorporação de estrangeiros nos protocolos institucionais; e, d) há pouca compreensão da relevância do intercâmbio internacional por parte da comunidade acadêmica.

Altbach e Knight (2007) ressaltam, ao tratar das motivações subjacentes à internacionalização do ensino superior, que a mobilidade acadêmica potencializa o desenvolvimento de sistemas educacionais exitosos, porém podem reforçar as desigualdades já existentes entre os mesmos. Ainda assim, para os autores, atividades educacionais que estimulem experiências de estudo no exterior, bem como a qualificação do currículo através da internacionalização da área de estudos, o fortalecimento da aprendizagem da língua estrangeira e o apoio financeiro a estudantes estrangeiros na instituição são aspectos que podem contribuir para que uma instituição educacional se consolide na perspectiva de uma educação internacional.

Ao observarmos os dados da mobilidade *in* entre os docentes, conforme apresentados na Tabela 1, a França se destaca como o país que mais envia docentes para a Rede Federal. Isto por que existe um Acordo de Cooperação firmado pelo CONIF com o país para a ampliação do ensino da língua francesa nos IFs. Em sistema de rodízio anual, aproximadamente dez Institutos Federais recebem pesquisadores/professores franceses, que além de conhecerem a realidade dos mesmos, aproveitam para ministrar aulas de francês para a comunidade acadêmica.

Um fato a ser observado é que os Institutos Federais não recebem técnicos administrativos para nenhum tipo de intercâmbio em mobilidade *in*.

Por último, é importante pontuar que esses dados foram obtidos a partir de levantamento realizado com todas as instituições vinculadas ao Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o que inclui também os dois únicos Centros Federais de

Educação Tecnológica existentes no Brasil, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. Essas duas instituições possuem cursos de mestrado e doutorado em funcionamento, estruturados e conceituados, realidade que pode ter influenciado os indicadores, uma vez que a internacionalização é fator de avaliação da qualidade de tais programas.

Conforme apresentado no relatório da SETEC/MEC (BRASIL, 2017), vinte e dois por cento (22%) das instituições não receberam docentes em mobilidade “in” e vinte e nove por cento (29%) das mesmas também não receberam discentes nesse tipo de programa nos dois anos avaliados.

No entanto, quando examinamos os números da mobilidade *out*, percebemos que eles se apresentam bastante diversos dos indicadores anteriores. As instituições da Rede Federal enviam ao exterior trinta vezes mais docentes, quatro vezes mais estudantes e, também, propiciam aos seus técnicos administrativos experiências internacionais, conforme pode ser visto na tabela abaixo.

Tabela 2 – Dados da mobilidade out 2015-217 nas instituições vinculadas ao CONIF

	Nº total de participantes	Participantes e países envolvidos
Docentes	2.085	451 - Portugal 247 - EUA 171 - Espanha 135 - Argentina
Técnicos	444	322 - Portugal 20 - Argentina 17 - EUA 11 - Espanha
	Nº total de participantes	Países envolvidos
Discentes	1608	493 - Portugal 254 - EUA 157 - Uruguai 129 - Canadá

Fonte: Adaptado de Brasil (2017).

Se levarmos em conta o número total de servidores vinculados aos Institutos Federais, aproximadamente setenta e nove mil, de acordo com levantamentos mais recentes publicados na Plataforma Nilo Peçanha (BRASIL, 2018), pouco mais de três por cento dos mesmos (3,20%) realizaram algum tipo de mobilidade no período de 2015-2017. Quanto aos estudantes, cerca de um milhão e cinquenta mil, conforme dados constantes da Plataforma Nilo Peçanha (BRASIL,

2018), esse percentual é infinitamente menor – menos de meio por cento (0,15%). Esses indicadores acabam por traduzir um processo de internacionalização que não faz parte da realidade institucional, sendo necessário um esforço ainda mais consistente para que se possa chegar a patamares mais relevantes.

Ao compararmos os números da Rede Federal com os apresentados pelo estudo sobre internacionalização realizado pelo Observatório Regional sobre Internacionalização e Redes de Educação Terciária (Obiret) na América Latina e Caribe nos anos 2014-2015 (GACEL-ÁVILA E RODRÍGUEZ-RODRÍGUEZ, 2017) teríamos a seguinte relação, conforme explicitado pela Tabela 3.

Tabela 3 – Comparação entre percentuais (%) de docentes e discentes da Rede Federal com a média de países da América Latina e Caribe (ALC) – mobilidade *out*

	Rede Federal EPCT	ALC
Docentes	3,2	3
Discentes	0,15	0,3

Fonte: Adaptado de Brasil (2017) e de Gacel-Ávila e Rodríguez-Rodríguez (2017).

Esse paralelo nos permite determinar que a Rede Federal EPCT está acima da média dos países da ALC quando se trata da mobilidade docente, o que pode ser um fator positivo para a qualificação de seu corpo de professores. Contudo, deve ser fator de reflexão que o nosso percentual de alunos em mobilidade *out* está bem abaixo da média dos países da América Latina e Caribe, exigindo dos gestores que também potencializem programas de intercâmbio para permitir aos discentes algum tipo de experiência internacional.

Gacel-Ávila e Rodríguez-Rodríguez (2017) ainda apontam um percentual médio de dezessete por cento (17%) de estudantes de cursos superiores de tecnologia em mobilidade *out* nos países da ALC, aproximadamente oito mil e setecentos alunos (8.700), sinalizando que a Rede Federal, que atua prioritariamente com esse tipo de formação profissional, está muito aquém do que poderia atingir em termos de números de estudantes no exterior.

Os dados coletados junto à Rede Federal também devem ser analisados frente à conjuntura do financiamento da educação pública para os próximos vinte anos, ou seja, o congelamento de ‘gastos’ previstos pela Emenda Constitucional nº 95 (BRASIL, 2016). Num cenário em que os recursos são escassos para pagar água, luz, terceirizados e toda a manutenção da infraestrutura escolar, discutir alocação de recursos para programas de mobilidade internacional se transforma em um luxo que as instituições federais, nesse momento, não têm como conceber, dificultando ainda mais o avanço de programas institucionais de internacionalização.

Quanto ao destino para mobilidade *out*, destacamos que a preferência dos países escolhidos pelos docentes e técnicos administrativos é idêntica, havendo apenas alternância na ordem da mesma. À exceção dos Estados Unidos, as outras três opções possuem afinidade linguística e cultural com o Brasil, em

termos de América Latina e de colonização. Há ainda uma outra questão a ser abordada e que apresenta um ponto forte na mobilidade *out* com essas regiões: Portugal possui uma sólida parceria com o CONIF para a qualificação de servidores na pós-graduação *stricto sensu* e possui instituições muito similares aos Institutos Federais – os Institutos Politécnicos – tanto na oferta verticalizada de programas certificadores quanto na possibilidade de pesquisa aplicada e captação de recursos da União Europeia. Os Estados Unidos, embora tenham a barreira linguística como ponto negativo na escolha como país receptor, também oferecem bons programas de aperfeiçoamento e de desenvolvimento de pesquisas conjuntas em algumas de suas universidades, além de possuírem ainda instituições semelhantes às brasileiras - os *Community Colleges*, o que permite a troca de experiências e boas práticas. Um exemplo dessa parceria foi o Edital SETEC/CAPES/NOVA que ofereceu cursos de qualificação para professores de Língua Inglesa, em mobilidade *out*, nas cidades de Washington e São Francisco, em janeiro e fevereiro de 2016.

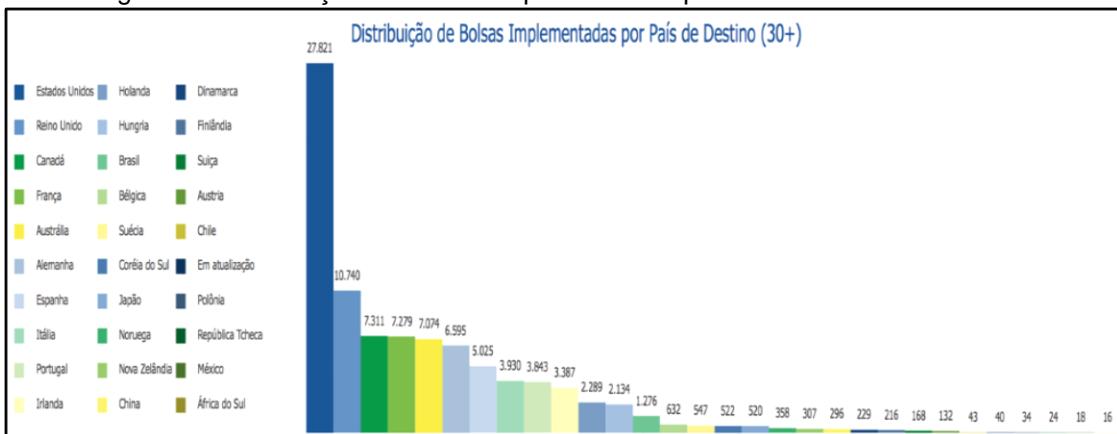
Importante destacar que, embora não forneça indicadores diferenciados para o intercâmbio de servidores (docentes e técnicos administrativos), ao analisar a escolha de países pelos estudantes, o relatório sobre internacionalização da ALC também apresenta resultados bastante semelhantes ao da Rede Federal. Entre os dez destinos prioritários selecionados pelos países do bloco para mobilidade *out*, sete deles possuem vínculos linguísticos e culturais com os países de origem, fato que é reforçado quando observamos entre os obstáculos para essas atividades a dificuldade linguística dos estudantes (GACEL-AVILA E RODRÍGUEZ-RODRÍGUEZ, 2017).

O relatório apresentado pela SETEC/MEC em outubro de 2017 não permite avaliar quais são as instituições da Rede Federal que mais realizam mobilidade *in* ou *out*, ou mesmo qual o impacto de tais ações. São números que permitem apenas uma análise genérica, sem detalhamento sobre questões importantes dos procedimentos de gestão como, por exemplo, quais os programas institucionais, editais, financiamento e vínculo a programas de graduação, pós-graduação, grupos de pesquisa ou extensão.

Abriremos aqui um espaço para considerarmos brevemente a mobilidade *out* realizada pela Rede Federal de 2011 a 2017 no Programa Ciência Sem Fronteiras, especificando os números por instituição, por considerarmos esse como um dos eventos desencadeadores do processo de internacionalização nas instituições.

A Figura 2 estabelece a totalização da distribuição das bolsas implementadas pelo Ciência sem Fronteiras durante seus anos de execução, apresentando um panorama por país de destino nas modalidades estabelecidas pelo financiamento do programa.

Figura 2 – Distribuição de Bolsas Implementadas por País de Destino 2011-2017



Fonte: Ciência sem Fronteiras – Painel de Controle (2018).

Percebe-se que os Estados Unidos (EUA) foram o país que mais recebeu alunos universitários brasileiros (incluídos aqui graduação e pós-graduação) durante o período de vigência do Programa CsF, na proporção de três vezes mais do que o Reino Unido, o segundo colocado.

Spears (2014), ao analisar o CsF, assinala que o modelo de mobilidade privilegiada pelo programa foi a tradução do ideário brasileiro de ser reconhecido como um parceiro educacional estratégico para os países do Norte Global, assim como já eram outros países em desenvolvimento, tais como China e Índia. Podemos dizer que os objetivos do programa atenderam a interesses geoeconómicos do Brasil, dos Estados Unidos e outros *players* da economia global, embora apresentassem como fato motivador o caráter de transformação individual pela experiência internacional.

Tanto é assim que Portugal, considerado semiperiférico na economia global, figura na nona colocação da distribuição de bolsas, com quase dez vezes menos alunos recebidos de 2011 a 2017 do que os EUA, o que parece ser consequência da exclusão do país nos editais de candidatura para o programa (FAJARDO, 2014), e que foi justificado pelo Ministério da Educação pela grande procura de estudantes para mobilidade nas instituições portuguesas.

Além disso, o CsF incentivou a mobilidade internacional de estudantes vinculados a cursos tecnológicos e seria de esperar que os estudantes dos IFs pudessem protagonizar de forma mais eficiente a concessão de bolsas proposta pelo governo federal.

A Tabela 4 apresenta os dados referentes às bolsas concedidas pelo Programa Ciência sem Fronteiras para a Rede Federal, por instituição e por estado da federação. Na coluna da direita, realçamos apenas os destinos com maior representatividade de alunos recebidos. A letra que antecede o número informa o país escolhido, isto é: C – Canadá, E – Estados Unidos.

Tabela 4 – Bolsas concedidas pelo CsF aos IFs e países de destino – 2011/2017

Estado	Instituição	Bolsas Total	Participantes e destino
Acre	IFAC	0	0
Alagoas	IFAL	12	E 5
Amapá	IFAP	0	0
Amazonas	IFAM	8	C 1
Bahia	IFBA	121	E 38
Ceará	IFCE	199	C 53
DF	IFB	9	C 3
Espírito Santo	IFES	224	E 63
	IFGO	104	E 45
Goiás	IF Goiano	7	C 30
		4	2
Maranhão	IFMA	251	C 58
Mato Grosso	IFMT	9	C 3
Mato Grosso do Sul	IFMS	1	E 2
Minas Gerais	CEFET – MG	687	E 187
Pará	IFPA	26	C 13
Paraíba	IFPB	121	E 41
Paraná	IFPR	0	C 36
	IFPE	0	0
Pernambuco	IFPE	45	E 19
	IFSertão	0	C 17
Piauí	IFPI	81	C 35
	CEFET-RJ	336	E 22
Rio de Janeiro	IFFluminense	109	E 113
	IFRJ	43	C 7
	Colégio Pedro II	0	E 20
Rio Grande do Norte	IFRN	0	C 9
	IFRS	66	0
Rio Grande do Sul	IFRS	80	C 25
	IFSul	0	E 27
	IFFarroupilha	0	E 25
Rondônia	IFRO	0	C 0
Roraima	IFRR	2	C 2
Santa Catarina	IFSC	99	E 0
	IFC	50	C 26
São Paulo	IFSP	50	E 22
Sergipe	IFS	257	C 15
Tocantins	IFTO	35	E 90
	TOTAL	13	E 11
		2995	C 4
			E 497

Fonte: Adaptado de Ciência sem Fronteiras – Painel de Controle (2018).

Podemos perceber que a Rede Federal enviou para o estrangeiro, durante a vigência do CsF, 2.995 estudantes, o que é um contingente significativo para instituições que estavam num processo de franca expansão, voltadas para demandas urgentes e diárias, com uma grande lacuna no ensino de língua estrangeira e inseridas em locais em situação de vulnerabilidade social e com baixa renda per capita.

Também se observa que o CEFET-MG respondeu por vinte e dois por cento (22%) do contingente total das bolsas e o CEFET-RJ por onze por cento (11%), ratificando a hipótese já explicitada anteriormente sobre os programas de graduação e pós-graduação consolidados dessas instituições. Chama a atenção, entretanto, que cerca de quarenta e oito por cento (48,37%) de toda a mobilidade *out* realizada pela Rede Federal durante a vigência do programa se deu para países que integram a América do Norte (EUA e Canadá). Em valores

percentuais específicos, os EUA responderam pela preferência de trinta e um por cento (31,78%) dos estudantes e o Canadá por dezesseis por cento (16,59%). Entretanto, uma questão intrigante é que no estudo sobre internacionalização em países da América Latina e Caribe, o Canadá não figura sequer entre os dez países preferidos pelos alunos das instituições da ALC (GACEL-ÁVILA E RODRÍGUEZ-RODRÍGUEZ, 2017).

Então, como se poderia explicar que países como Canadá, que não se destacam como escolhas relevantes para os acadêmicos dos países da América Latina e Caribe, tenham despertado o interesse de alunos da Rede EPCT durante e depois do programa Ciência sem Fronteiras?

Podemos estabelecer que embora a relação entre os Institutos Federais e os Colleges Canadenses seja anterior a 2007 e remonte ao Projeto Mulheres Mil (BRASIL, 2011), a partir de 2012, a partir de uma aproximação maior do CONIF com a Associação que representa a maior parte dos Colleges Canadenses (Colleges and Institutes Canada - CiCan) e em resposta à demanda do intercâmbio promovido pelo Ciência sem Fronteiras, estruturou-se uma proposta de divulgação dessas instituições junto à Rede Federal. Em junho de 2013, um grupo de aproximadamente trinta canadenses, divididos em cinco grupos para atender as cinco regiões do Brasil, veio ao país para uma agenda de promoção das possibilidades de intercâmbio no país. Como resultado dessa ação, a CAPES elaborou um edital específico para alunos dos Institutos Federais, possibilitando assim diferentes perspectivas de qualificação para os estudantes da Rede Federal. Os efeitos desse esforço foram tão promissores que essa ação pode ser a razão para o país se manter entre os quatro destinos prioritários para os estudantes.

Quando voltamos a analisar o levantamento produzido para a SETEC (BRASIL, 2017), o Uruguai também chama a atenção como país de destino escolhido por estudantes dos IFs. Uma das possíveis respostas para essa preferência pode ser encontrada no esforço contínuo realizado nos últimos dez anos, pela Rede Federal, em conjunto com a SETEC/MEC, para fortalecer as escolas de fronteira em parceria com países limítrofes como um dos eixos estratégicos do seu processo de internacionalização. Como exemplo bem-sucedido desse esforço podemos citar o caso do Campus Jaguarão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), que oferta cursos de formação tecnológica binacionais. Não se pode afirmar com convicção de que os 157 alunos em mobilidade com o Uruguai, conforme explicitado pela Tabela 2, são exclusivos do IFSul, mas é provável que grande parte desse movimento seja gerado por essa parceria.

Apesar de a mobilidade *out* da Rede Federal EPCT estar mostrando um movimento em fluxo constante, o que indica a importância do tema para as gestões dos IFs, alguns pontos sugerem cuidado e atenção. Como os dados do relatório da SETEC/MEC (BRASIL, 2017) são gerais e não estão abertos por unidade gestora, não se pode determinar quais instituições são responsáveis por movimentar o maior número de estudantes e servidores, o que nos permitiria determinar o estágio de estruturação da internacionalização em cada uma delas. Contudo, os dados oriundos do programa Ciência Sem Fronteiras nos oferecem

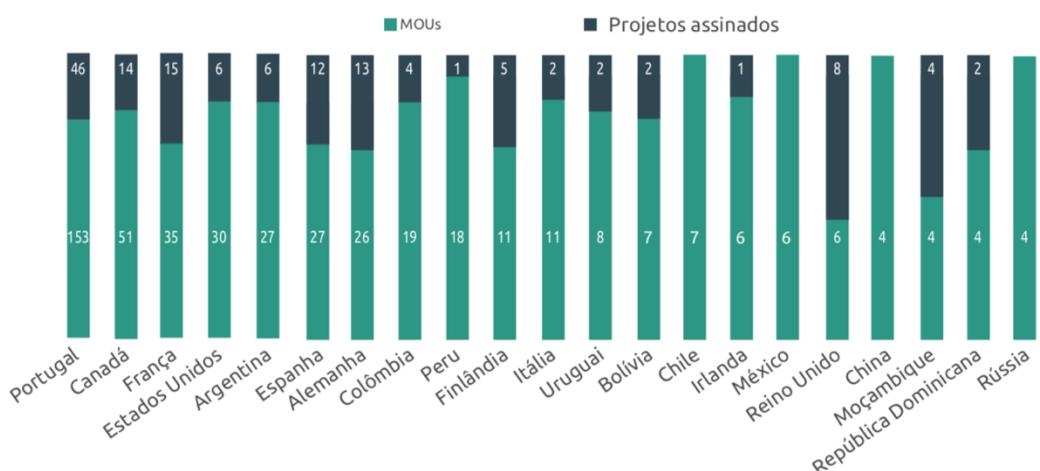
evidências do panorama entre os IFs e apontam para lacunas que devem ser consideradas para um projeto de internacionalização sustentável quanto Rede Federal. Por exemplo, os números da mobilidade *out* apresentados pelo CsF apresentam desempenhos muito díspares entre as unidades de uma mesma região do país. Essa disparidade fica evidente quando olhamos para IFs que possuem zero alunos em mobilidade *out* ao longo de seis anos, e outros da mesma região geográfica que apresentam percentuais significativos de alunos em intercâmbio. Sem desconsiderar possíveis falhas no sistema de informação e monitoramento do Ciência sem Fronteiras, tais como informações equivocadas prestadas pelo estudante, ausência de compreensão sobre o modelo organizacional dos IFs, a Rede Federal deveria detalhar de forma mais específica os indicadores, estabelecendo-os por instituição, comparando-os por região e verificando as razões das distorções, a fim de que não estejamos promovendo desenvolvimentos institucionais diferenciados, espelhando e reproduzindo também na Rede Federal as desigualdades regionais que tanto prejudicam o avanço do país.

Acordos internacionais: com quem?

Por último, precisamos observar os dados que indicam os acordos e as parcerias estabelecidas entre os Institutos Federais e as instituições estrangeiras.

A Figura 3 nos apresenta a relação entre Memorandos de Entendimento (MOUs) e projetos de cooperação assinados pelas instituições da Rede Federal com outros países.

Figura 3 – Relação entre MOUs e Projetos de Cooperação assinados pelas Instituições da Rede Federal EPCT



Fonte: Brasil (2017, p. 19).

Totalizando os dados apresentados pela Figura 3, podemos perceber que a Rede Federal tem, em vigência, quatrocentos e cinquenta e quatro (454) Memorandos de Entendimentos firmados com diferentes países. Entretanto, os números nos informam que menos de um quarto deles gerou algum tipo de projeto de cooperação (143). Também identificamos, mais uma vez, que os países com os quais a Rede Federal estabelece suas parcerias prioritárias são: Portugal, Canadá, França e Estados Unidos, repetindo a preferência

estabelecida pela mobilidade *in/out*. Ter acordos de cooperação já estabelecidos pode ser um dos fatores que levam ao envio de servidores e estudantes para esses países, isto é, os MoUs e projetos de cooperação acabam sendo fator de indução para que alunos e servidores escolham determinadas instituições em detrimento de outras ainda desconhecidas pela Rede Federal. Podemos perceber, em alguns dos casos, que o número de memorandos de entendimento é alto, embora os percentuais de projetos de cooperação assinados estejam muito abaixo de cinquenta por cento.

Não obstante, se atentarmos para a taxa de efetividade dos Memorandos de Entendimento com Moçambique, perceberemos que cem por cento deles gerou algum tipo de projeto, o que é realmente significativo visto que o país não compõe o eixo do Norte Global, ou seja, não se inclui entre países que desenvolvem tecnologia de ponta ou são reconhecidos pela sua qualidade educacional (SANTOS, 2013). Ao se dedicar a promover intercâmbio concreto com países como Moçambique e República Dominicana, a Rede Federal está olhando para os benefícios institucionais que possam advir desses projetos, tais como o reconhecimento da interculturalidade global e de uma epistemologia vinculada ao Sul Global, conforme está explicitado em suas concepções e diretrizes:

A era dos Institutos Federais exige que seus atores, em seu caminhar, conheçam-se em sua humanidade comum e, ao mesmo tempo, venham a reconhecer-se em sua diversidade cultural. (...). Nesse sentido, é necessário que percebam não apenas os dados e concebam as ideias na sua troca com o mundo, mas os interpretem numa permanente troca com os demais membros da sociedade, o que exige que estejam situados no universo e não deles separados. (BRASIL, 2010, p. 25).

É importante observar que com alguns países de reconhecida qualidade educacional a taxa de efetividade na execução de projetos de cooperação é de quase cinquenta por cento (Alemanha e Finlândia), embora esse tipo de parceria não se traduza em mobilidade real para servidores e estudantes, pelo menos não nos números apresentados até o momento.

Mesmo sem dados mais específicos sobre os signatários desses MoUs, poderíamos dizer que essa estratégia favorece a instituição em seu processo de internacionalização. Morosini e Dalla Corte (2018) sustentam que o ato de internacionalizar tradicionalmente envolve ações de mobilidade acadêmica *in/out*, assim como a constituição de acordos de cooperação que prevejam o desenvolvimento institucional mútuo dos parceiros. Assim, esse movimento se reflete favoravelmente no ambiente acadêmico, incorporando na institucionalidade parâmetros exógenos a ela e intensificando a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Knight (2015) também aponta na mesma direção quando diz que, embora atualmente já existam outros modelos de internacionalização, a formatação clássica se estabelece pela cooperação entre organismos e instituições estrangeiras, o que, por sua vez, desencadeia programas conjuntos de pesquisa e de mobilidade acadêmica que beneficiam as instituições.

Os Memorandos de Entendimento são o primeiro passo para que as instituições estabeleçam parcerias internacionais sustentáveis. Contudo, a Rede Federal EPCT precisa estar atenta para que os projetos de cooperação se efetivem na prática, gerando pesquisa conjunta, mobilidade receptiva e emissiva para servidores e alunos, e também publicações conjuntas, indicadores relevantes para a qualidade educacional. Sem resultados concretos, realizados a partir dos projetos de cooperação, os MOUs serão apenas letras acumuladas em documentos que repousam nas gavetas institucionais.

Considerações finais

Atualmente, são muitos os estudos que aprofundam a temática da internacionalização da educação, a maior parte deles fundados numa concepção crítica das implicações do fenômeno da mundialização na modernidade, e que discutem experiências, vivências e desafios postos para as instituições de ensino em um planeta altamente interconectado, interdependente e, aparentemente, quase que hegemônico nas suas políticas educacionais e no seu financiamento. (DALE, 2004; BALL, 2014; CASTELLS, 2016).

O Brasil não passa incólume a essa discussão, principalmente pelo contexto de emergência de um modelo de educação superior que já não é exclusividade das universidades e que pressupõe a diversificação de instituições de ensino superior, o que abre possibilidade para a inovação e originalidade em termos de currículo, estruturação e demandas sociais (SKOLNIK, 2016; MOROSINI, 2014).

Os Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica se constituíram nessa conjuntura global. Com características peculiares, os IFs foram concebidos para atender à demanda de uma institucionalidade educacional inserida numa nova dinâmica econômica e social e, também, numa perspectiva de fortalecimento e democratização da educação pública brasileira. Mesmo sendo uma das políticas públicas de maior sucesso e relevância do Governo Lula, os IFs são, contradictoriamente, invisíveis, justamente por suas características historicamente vinculadas a uma educação de segunda categoria, de caráter utilitário, instrumental e dual. A educação profissional no Brasil foi criada, em 1909, para atender às necessidades de uma classe social marginalizada e sem acesso a qualquer tipo de educação geral, por isso configurada na vocação e profissionalização em detrimento da cultura humanística e universal. Essa dualidade também coexiste em diversos países do mundo, reproduzindo no sistema educacional o que Santos e Menezes (2010) estabelecem como epistemicidio de outros conhecimentos válidos e que conferem apenas ao lócus da academia e à ciência formal a exclusividade na produção de conhecimento válido.

O diagnóstico realizado pela SETEC/MEC em 2017, objeto de análise deste artigo, apresenta pontos relevantes para uma avaliação mais criteriosa da temática da internacionalização na Rede EPCT. Esse mapeamento das ações internacionais da Rede Federal assume protagonismo na viabilização de novos

estudos e pesquisas sobre os rumos que nossas instituições estão traçando para aprimorar sua inserção num mundo globalizado.

Assim, ganham relevância as constatações que foram elencadas ao longo desse estudo e que devem ser incorporadas em um debate produtivo sobre o processo de internacionalização dos Institutos Federais.

Em primeiro lugar, a associação do conceito de internacionalização com uma concepção de desenvolvimento institucional que leva em conta o ensino, a pesquisa e a extensão aponta para a constatação de que os gestores entendem a relevância da temática, ainda que haja uma lacuna a ser preenchida no que se refere à visibilização desse conceito em documentos formais. Em segundo lugar, podemos perceber claramente o esforço de cada IF em manter e ampliar as estratégias de mobilidade acadêmica *in/out* para além dos programas de fomento governamental, mesmo que os números apresentados estejam aquém do seu potencial. Por último, os números de MoUs assinados demonstram o empenho que a Rede Federal vem realizando para potencializar projetos de cooperação, não obstante esses memorandos, muitas vezes, não se traduzam em efetivo acordo de cooperação, o que pode dificultar a consolidação do esforço e do impacto institucionais.

Além da análise dos indicadores apresentados pela Rede Federal, se é importante reconhecer que o documento elaborado pela SETEC/MEC possui o mérito de apresentar pela primeira vez um conjunto de dados sistematizados, por outro, é importante destacar suas fragilidades para que futuramente possamos avaliar e identificar de forma mais detalhada possíveis distorções ou desigualdades institucionais. Assim, reforçamos o entendimento de que os dados coletados deveriam estar apresentados por instituição, permitindo que se pudesse estabelecer relações entre as unidades que se destacam nas estratégias de internacionalização e as ações efetivas que estejam favorecendo as mesmas, tais como tipos de parceria, impacto institucional, alocação de recursos e sua relação com mobilidade ou publicação internacional. Também seria relevante podermos coletar e avaliar os indicadores de mobilidade *in/out* do ponto de vista de sua vinculação a programas internos ou externos de mobilidade. Dessa forma, os indicadores poderiam ser compatibilizados com o estágio de desenvolvimento institucional de cada IF ou CEFET e nos permitiriam estabelecer conexões que dissessem se os cursos de pós-graduação *stricto sensu* estão na base dessa mobilidade ou se também existem outras dimensões da instituição fazendo parte do processo, como por exemplo a extensão.

Nesse contexto de complexidade mundial, onde a internacionalização da educação é afetada por novas configurações geopolíticas e econômicas como o Trumpismo e o Brexit, alterando definitivamente questões centrais para a academia como mobilidade de estudantes, construção de campi internacionais, uso do inglês como língua internacional (ALTBACH E DEWIT, 2018), a Rede Federal inicia sua caminhada para internacionalizar suas instituições. Por isso, é preciso que seus gestores se apropriem dessa nova ordem política, colocando na pauta cotidiana dos IFs a compreensão de seu papel institucional no mundo. Se a ciência permanece internacional, a pesquisa concebida como

colaborativa transnacional permanece uma tendência e a maioria das instituições de ensino superior entendem que uma visão internacional é relevante para seus estudantes e servidores, é necessário estar atento para que entraves políticos, culturais ou religiosos também não afetem a trajetória internacional dos IFs.

Se soubermos, enquanto Rede EPCT, utilizar de forma proativa a inserção da dimensão da internacionalização no instrumento do SINAES, assim como usarmos as avaliações dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* para favorecer a discussão sobre esse processo poderemos caminhar para uma relativa superação da colonialidade do saber e do provincialismo acadêmico brasileiro, além de estarmos dando passos consistentes para uma internacionalização que vincule cada vez mais o Norte e o Sul Global num processo de reconhecimento mútuo de conhecimentos. Para isso, precisamos aceitar a mobilidade *in* como um componente importante desse movimento e precisamos sensibilizar a comunidade acadêmica para sua responsabilidade na condução das ações internacionais como parte inexorável do desenvolvimento institucional.

Aproveitar o momento em que os IFs estão discutindo seus Planos de Desenvolvimento Institucional para o próximo quadriênio poderia fazer com que a temática fosse progressivamente apresentada aos servidores e estudantes. Se não compreendermos que a dimensão internacional do ensino e da pesquisa é componente fundamental para a consolidação dos Institutos Federais, pois visibiliza, integra, apresenta e reforça o modelo sobre o qual fomos constituídos, estaremos retornando ao tempo em que as instituições de educação profissional falavam de si para si sobre suas dificuldades e eram apenas escolas de ensino médio técnico com poucos alunos e nenhuma vinculação com o futuro tecnológico.

Referências

- ALTBACH, P.G.; DEWIT, H. Are We Facing a Fundamental Challenge to Higher Education Internationalization? In: **International Higher Education**, N 93, 2018. p.2-4 Disponível em: <<https://ejournals.bc.edu/ojs/index.php/ihe/article/view/10414>>. Acesso em: 10 abr. 2018.
- ALTBACH, P.G.; KNIGHT, J. The Internationalization of Higher Education: Motivation and Realities. In: **Journal of Studies in International Education**, Vol. 11 No. 3/4, Fall/Winter, 2007. p.290-305
- BALL, S. J. **Educação Global S.A.** Novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Tradução de Jefferson Mainardes. Ponta Grossa: UEPG, 2014.
- BOSCH, G.; CHEAREST, J. **Vocational training: international perspectives.** New York: Routledge, 2009.
- BRASIL. Lei n. 9.131, de 24 de novembro de 1995. **Altera dispositivos da Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961 e dá outras providências.** Disponível

em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9131.htm Acesso em: 12 nov. 2017.

BRASIL. Decreto 5224, de 01 de outubro de 2004. **Dispõe sobre a organização dos Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/Decreto/D5224.htm>. Acesso em: 12 nov. 2017

BRASIL. Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).** Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/537109.pdf> Acesso em: 12 dez. 2017.

BRASIL. Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.** Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em 21 nov. 2016.

BRASIL. **Um novo modelo de educação profissional e tecnológica: concepções e diretrizes.** Brasília, SETEC/MEC, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 01 maio 2017.

BRASIL. Decreto n. 7642, de 13 de dezembro de 2011. **Institui o Programa Ciência sem Fronteiras.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7642.htm Acesso em: 23 jul. 2016.

BRASIL. **Mulheres Mil na Rede Federal: caminhos da inclusão.** Brasília, SETEC/MEC, 2011. Disponível em: <http://mulheresmil.mec.gov.br/images/stories/pdf/geral/mulheres_mil_na_rede_federal_-_caminhos_da_inclusao.pdf>. Acesso em: 01 maio. 2017

BRASIL. MEC. SINAES, CONAES, **Instrumento de Avaliação Institucional Externa.** Brasília, INEP, 2014. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/instrumentos/2014/instrumento_institucional.pdf. Acesso em: 23 jul. 2016.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. **Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc95.html>. Acesso em: 25 ago. 2018

BRASIL. **Levantamento das ações de internacionalização da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e resultados do GT de Políticas de Internacionalização.** Brasília, SETEC/MEC, 2017. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/docman/maio-2018-pdf/87481-acoes-de-internacionalizacao/file>>. Acesso em: 25 ago. 2018

BRASIL. Homepage do Ciência sem Fronteiras – Painel de Controle. Disponível em: <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/painel-de-controle>>. Acesso em: 25 ago. 2018.

BRASIL. Homepage da Plataforma Nilo Peçanha. Disponível em: <<https://www.plataformanilopecanha.org>>. Acesso em: 25 ago. 2018.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede.** Tradução de R. V. Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

DALE, R. Globalização e Educação: demonstrando a existência de uma 'cultura educacional mundial comum' ou localizando uma 'agenda globalmente estruturada para a educação'? In: **Educação e Sociedade**, n. 87, v. 25, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21464.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

DIDRIKSSON, A. Contexto Global y Regional de La Educación Superior en America Latina y el Caribe. In: Didriksson, A.; Gazzola, A. L. (Eds) **Tendencias de La Educación Superior en America Latina y el Caribe** Caracas, IESALC/UNESCO, 2008. p. 22-54

FAJARDO, V. **Reitores questionam exclusão de Portugal do Ciência sem Fronteiras.** Portal G1. São Paulo, Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2014/07/reitores-questionam-exclusao-de-portugal-do-ciencia-sem-fronteiras.html>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

GACEL-ÁVILA, J.; RODRÍGUEZ-RODRÍGUEZ, S. **Internacionalización de la educación superior en América Latina y el Caribe: un balance.** Guadalajara: UNESCO-IESALC, 2017.

GLASER, B.; STRAUSS, A. **The Discovery of Grounded Theory:** strategies for qualitative research. New Jersey: Aldine Transaction, 1967.

KNIGHT, J. Updating the Definition of Internationalization. In: **International Higher Education**, 33, 2015. Disponível em: <<https://ejournals.bc.edu/ojs/index.php/ihe/article/viewFile/7391/6588>>. Acesso em: 17 dez. 2017.

MARGINSON, S. The worldwide trend to high participation higher education: dynamics of social stratification in inclusive systems. In: **Higher Education**. v. 72, n. 4, 2016, p. 413-434.

MOROSINI, M. C. Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior – Conceitos e práticas. In: **Educar**, n. 28. Curitiba: Editora UFPR, 2006 p. 107-124. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a08n28.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2017.

MOROSINI, M. C. Qualidade da Educação Superior e Contextos Emergentes. In: **Avaliação**, 19, 2014. p. 385-405.

MOROSINI, M.C; DALLA CORTE, M.G. Teses e realidades no contexto da internacionalização da educação superior no Brasil. In: **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 56, n. 47, jan/mar. 2018. p. 97-120. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/download/14000/9321/>>. Acesso em: 25 ago. 2018

POPKEWITZ, T.S. O duplo significado de cosmopolitismo e os estudos comparados da educação. In: COWEN, Robert; KAZAMIAS, Andreas M.;

ULTERHALTER, Elaine. (Orgs.) **Educação comparada: panorama internacional e perspectivas**. v.1. Brasília, Capes/ Unesco, 2012. p.465-487.

SANTOS, B. **Pelas Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 14. ed. São Paulo, Cortez Editora, 2013.

SANTOS, B. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M.P. **Epistemologias do Sul**. 2. ed. Coimbra, Almedina/CES, 2010, p.23-71.

SKOLNIK, M.L. Situating Ontario's Colleges between the American and European Models for Providing Opportunity for the Attainment of Baccalaureate Degrees in Applied Fields of Study. In: **Canadian Journal of Higher Education**, v. 46, n. 1, 2016, p. 38-56.

SOBE, N.W.; FISHER, M.G. Mobilidade, migração e Minorias. In: COWEN, Robert; KAZAMIAS, Andreas M.; ULTERHALTER, Elaine. (Orgs.) **Educação comparada: panorama internacional e perspectivas**. v.1. Brasília, Capes/ Unesco, 2012. p.435-450.

SPEARS, E. O valor de um intercâmbio: mobilidade estudantil brasileira, bilateralismo & internacionalização da educação. In: **Revista Eletrônica de Educação**, v. 8, n. 1, São Carlos, UFSCAR, 2014. p.151-163.

Submetido em 26/08/2018.
Aceito em 25/02/2019.

